



Investco S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.644.907/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo de 2021, vivenciamos a continuidade do cenário de pandemia da COVID-19. Isso exigiu resiliência de todos e, para a INVESTCO, não foi diferente: seguimos trabalhando com afinco para mitigar os impactos desse quadro em nosso empreendimento. Nesse sentido, o plano de continuidade da operação se manteve, de forma a garantir, em primeiro lugar, a segurança de todos os colaboradores e o fornecimento de energia ao País, com a manutenção de um padrão operacional de excelência. Medidas como o modelo híbrido de trabalho para as áreas administrativas, bem como o trabalho em escalas especiais, com base em rígidos protocolos sanitários para as áreas operacionais, garantiram novamente uma performance de superação.

Pela primeira vez em sua história, a UHE Lajeado fechou o ano com uma Taxa de Falha igual a 0 (zero), reforçando a confiabilidade do empreendimento, e a disponibilidade operacional ficou novamente acima dos 98%, atingindo o resultado de 98,17. Tais resultados consolidam a Usina Hidrelétrica de Lajeado como uma instalação de alta performance em todos os níveis, coroadando a eficiência do plano de manutenção implementado para as unidades geradoras e ratificando a excelente posição ocupada pela Usina no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Essa atuação, aliás, foi decisiva para que a Usina enfrentasse de forma segura e eficaz, no mês de dezembro, uma das maiores cheias dos últimos 20 anos no rio Tocantins.

Na frente social, destinamos mais de R\$ 4 milhões a iniciativas de apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Através do Instituto EDP, patrocinamos projetos educacionais, esportivos, culturais, de saúde e empreendedorismo que beneficiaram mais de 1.900 pessoas, fomentando o protagonismo social e a qualidade de vida.

O ano de 2021, a despeito dos obstáculos e incertezas, veio acompanhado de otimismo e esperança. E é também com este fôlego renovado que adentramos 2022. Reiteramos o nosso compromisso com a melhoria contínua e a segurança no trabalho, com foco no aperfeiçoamento do relacionamento com os stakeholders e na valorização da nossa cultura, peças-chave para o desempenho da INVESTCO.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada, e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento de sempre.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,50 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,50 MW cada, e uma energia assegurada anual de 505,10 MW.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2021 a energia gerada foi de 3.873,9 GWh, 2,6% superior aos 3.777,1 GWh gerados em 2020. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 98,3%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 98,2% (apurada com base nos últimos 60 meses), mantendo o maior patamar histórico do indicador e acima do exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%. Destaca-se também no ano a marca de zero falhas em equipamentos na usina, resultando na menor taxa de falha do histórico com 0,0 falhas/ano.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldo		Var. %
		2021	2020	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.158.301	1.157.932	0,0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	912.677	909.301	0,4%
Dívida líquida	R\$ mil	(29.689)	10.039	-395,7%
Veze		-0,03	0,01	-394,6%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,31	0,09	-450,2%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	126.818	146.886	-13,7%
Gastos gerenciais*	R\$ mil	(69.449)	(69.779)	-0,5%
Gastos não-gerenciais	R\$ mil	(83)	(1.819)	-95,4%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	57.286	75.288	-23,9%
EBITDA	R\$ mil	96.583	114.358	-15,5%
Resultado financeiro	R\$ mil	(25.013)	(34.434)	-27,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	32.273	40.854	-21,0%
Lucro líquido	R\$ mil	27.576	34.442	-19,9%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	76,16%	77,85%	-1,7%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	21,74%	23,45%	-1,7%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2021	2020	%
Receita operacional líquida	126.818	146.886	-13,7%
Gastos não gerenciais	(83)	(1.819)	-95,4%
Energia elétrica comprada para revenda	639	(1.148)	-155,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(722)	(671)	7,6%
Margem bruta	126.735	145.067	-12,6%
Gastos gerenciais	(69.449)	(69.779)	-0,5%
Total PMSO	(30.152)	(30.709)	-1,8%
Pessoal	(17.892)	(17.283)	3,5%
Materiais	(1.180)	(1.068)	10,5%
Serviços de terceiros	(9.234)	(10.442)	-11,6%
Arrendamentos e alugueis	(146)	5	-3020,0%
Provisões e contingências	(151)	(373)	-59,5%
Outros gastos gerenciais	(1.549)	(1.548)	0,1%
Depreciação e amortização	(39.297)	(39.070)	0,6%
Depreciação	(35.706)	(35.450)	0,7%
Amortização	(3.591)	(3.620)	-0,8%
Resultado do serviço (EBIT)	57.286	75.288	-23,9%
EBITDA	96.583	114.358	-15,5%
Margem EBITDA	76,2%	77,9%	-2,2%
Resultado financeiro líquido	(25.013)	(34.434)	-27,4%
Receitas financeiras	4.946	2.278	117,1%
Despesas financeiras	(29.959)	(36.712)	-18,4%
LAIR	32.273	40.854	-21,0%
Imposto de renda e contribuição social	(4.697)	(6.412)	-26,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.818)	(14.318)	-17,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.121	7.906	-9,9%
Lucro líquido	27.576	34.442	-19,9%

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2021 (R\$ mil)		2020 (R\$ mil)	
Receita líquida (RL)		126.818,00		146.886,00
Resultado operacional (RO)		57.286,00		75.288,00
Folha de pagamento bruta (FPB)		13.965,48		12.457,24
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	R\$ mil	% sobre FPB
Alimentação	1.039,05	7,44%	1.031,09	8,28%
Encargos sociais compulsórios	3.070,03	21,98%	2.861,64	22,97%
Previdência privada	77,08	0,55%	70,15	0,56%
Saúde	762,48	5,46%	752,21	6,04%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	-	0,00%
Educação	-	0,00%	-	0,00%
Cultura	-	0,00%	-	0,00%
Transporte	225,33	1,61%	207,32	1,66%
Capacitação e desenvolvimento profissional	58,70	0,42%	40,46	0,32%
Creches ou auxílio-creche	22,89	0,16%	37,99	0,30%
Participação nos lucros ou resultados	1.512,83	10,83%	1.457,82	11,70%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	-	0,00%
Outros	145,58	1,04%	109,32	0,88%
Total - Indicadores sociais internos	6.913,97	49,51%	6.568,00	52,72%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	R\$ mil	% sobre RO
Educação	548,00	0,96%	398,00	0,53%
Cultura	2.085,00	3,64%	1.705,00	2,26%
Saúde e saneamento	1.070,00	1,87%	434,00	0,58%
Esporte	653,00	1,14%	573,00	0,76%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	52,81	0,07%
Outros	-	0,00%	-	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	4.356,00	7,60%	3.162,81	4,20%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	-	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	4.356,00	7,60%	3.162,81	4,20%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	R\$ mil	% sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.381,33	7,65%	3.879,06	5,15%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	-	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	4.381,33	7,65%	3.879,06	5,15%

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021	2020				
Nº de empregados(as) ao final do período	71	71				
Nº de admissões durante o período	5	5				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	43	44				
Nº de estagiários(as)	0	0				
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	15	14				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	16	0				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	0%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	15	5				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	0%	0%				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021	2020				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,88	14,18				
Número total de acidentes de trabalho	0	0				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	(x) direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	93.342,00	109.610,00				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 21% acionistas: 17% colaboradores: 17% retido: 12% terceiros: 32%	governo: 21% acionistas: 20% colaboradores: 14% retido: 11% terceiros: 34%				

7 - Outras Informações

N/A - Não Aplicável.
 (1) - Observação 1
 (2) - Observação 2
 (3) - Observação 3
 *Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
 **Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 126,8 milhões em 2021, decréscimo de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 20,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciais** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 83 mil em 2021, 95,4% menor que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 30,1 milhões no ano de 2021, representando um redução de 1,8% em relação ao ano de 2020.

No ano de 2021 o **EBITDA** alcançou R\$ 96,6 milhões, valor 15,5% inferior ao alcançado no ano de 2020, devido à menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 39,2 milhões, em linha com o ano de 2020.

O **Resultado Financeiro líquido** em 2021 foi negativo em R\$ 25,0 milhões, 27,4% inferior ao ano de 2020, decorrente da redução de despesas financeiras.

O **Imposto de Renda e contribuição social** em 2021 foi negativo em R\$ 4,7 milhões, 26,7% menor que 2020, decorrente do menor resultado operacional no ano de 2021.

No ano de 2021 a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 27,6 milhões, queda de 19,9% em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2021 totalizaram R\$ 3,9 milhões sendo: R\$ 2,7 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 1,1 milhões em outros investimentos, 17,4% inferior ao ano de 2020.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2021	2020	var.%
(+) Dívida bruta	100.741	98.591	2,2%
(-) Disponibilidades	(130.430)	(88.552)	47,3%
(=) Dívida líquida	(29.689)	10.039	-395,7%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 100,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, foi negativa no montante de R\$ 29,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, decréscimo de 395,7% em relação ao ano de 2020.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2021 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2021, foram aportados mais de R\$ 4,38milhões entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.

Em 2021 foram aportados mais de R\$221 mil em projetos de impacto social, incluindo iniciativas de educação e saúde para a comunidade próxima ao empreendimento.

CANAL DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Centrais de Atendimento: Para promover o diálogo constante com as comunidades do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Devido a pandemia da Covid-19, com a finalidade de evitar aglomerações e de contribuir com o distanciamento social, a maioria dos atendimentos aconteceu por meio de ligações telefônicas e e-mails, salvo algumas exceções, cujos atendimentos aconteceram mediante agendamento e seguindo os protocolos de segurança contra a disseminação do coronavírus. Cartazes foram afixados no prédio da Investco em locais de fácil visibilidade, informando sobre os formatos de atendimento e de trabalho na usina e escritório em Palmas.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. Além das principais informações sobre a empresa estarem no site, no botão "Contatos" os visitantes conseguem enviar mensagens que serão atendidas pelas áreas competentes.

As informações sobre os atendimentos e formato de trabalho na usina e escritório em Palmas durante a pandemia da Covid-19 foram disponibilizadas no site.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo a divulgação de informações de interesse de diversos públicos.

Comerciais via rádio: Outro canal que atinge grande parte da população é o rádio. A Investco veicula comerciais em rádios locais para disseminar mensagens com foco institucional e informativo, com temas pontuais como alertas sobre elevação do nível do rio à jusante (abaixo) da Usina.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos da Investco, os visitantes assistem a vídeos que demonstram o funcionamento da Usina e as orientações de segurança para a visita guiada. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. Anualmente, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, visitam a usina.

Devido a pandemia da Covid-19, para evitar aglomerações e contribuir com o distanciamento social, as visitas à usina foram suspensas.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas sustentáveis, a Investco apoia uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

Devido a pandemia da Covid-19, para evitar aglomerações e contribuir com o distanciamento social, apoios a eventos presenciais estão suspensos.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2021, duas escolas participaram do Programa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema. Foram beneficiados 600 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo livros relacionados à temática das Mudanças Climáticas. Além disso, os 43 educadores que atuam nas escolas participaram de capacitação sobre Habilidades Socioemocionais com ênfase em Metodologias Ativas e Mudanças Climáticas. O Concurso Arte com Energia 2021, convidou alunos e professores a expressarem suas percepções sobre o futuro do planeta considerando o cenário das Mudanças Climáticas, utilizando a arte, como mecanismo desencadeador de reflexão sobre o tema.

Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficiou 300 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

Projeto Aliar Sorrisos: Com o objetivo de oferecer auxílio em ações de educação, acesso a saúde e inclusão digital a crianças em situação de vulnerabilidade social, a Associação Aliança para um Futuro Melhor executa o projeto no município de Miracema, atendendo 137 jovens com diferentes atividades que fomentam aspectos de cidadania, integração e cooperativismo desenvolvidas ao longo do ano.

Cidade Empreendedora: Em parceria com Sebrae, a Investco iniciou, em 2021, seu apoio às capacitações oferecidas pelo projeto Cidade Empreendedora, no município de Lajeado, buscando incentivar o empreendedorismo e valorização da cultura local, a geração de renda para os micro e pequenos negócios e a formação de novos empreendedores. O projeto terá sua continuidade e conclusão em 2022.

...continuação

Investco S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4	130.430	88.552
Concessionárias		5	940	1.288
Rendas a receber		6	10.840	12.698
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		7	6.156	10.880
Outros tributos compensáveis		7	157	1.034
Estóques		10	7.546	7.205
Prêmio de risco - GSF		11	48	48
Outros créditos		12	492	143
Total do Ativo Circulante			156.609	121.848
Não circulante				
Depósitos vinculados		20	978	947
Prêmio de risco - GSF		11	300	347
Outros créditos		12	526	506
			1.804	1.800
Imobilizado		13	983.192	1.015.103
Intangível		14	16.696	19.181
			999.888	1.034.284
Total do Ativo Não circulante			1.001.692	1.036.084
TOTAL DO ATIVO			1.158.301	1.157.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	4.117	4.472
Outros tributos a recolher	7	6.470	5.943
Dividendos	16	16.627	21.491
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	4.031	5.108
Benefícios pós-emprego	18	50	55
Uso do bem público	19	7.727	6.411
Provisões	20	6.424	4.556
Outras contas a pagar	12	3.310	3.071
Total do Passivo Circulante		46.556	51.107
Não circulante			
Tributos diferidos	8	17.972	24.952
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	96.710	93.483
Benefícios pós-emprego	18	1.284	1.501
Uso do bem público	19	58.370	52.360
Provisões	20	22.111	23.695
Outras contas a pagar	12	2.221	1.533
Total do Passivo Não circulante		198.668	197.524
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	93.329	90.225
Outros resultados abrangentes		416	144
Total do Patrimônio Líquido		912.677	909.301
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.158.301	1.157.932

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		22	126.818	146.886
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		23		
Custo do serviço de energia elétrica			(83)	(1.819)
Custo de operação			(59.987)	(57.792)
			(60.070)	(59.611)
Lucro bruto			66.748	87.275
Despesas e Receitas operacionais		23		
Despesas gerais e administrativas			(9.386)	(11.762)
Outras despesas e receitas operacionais			(76)	(225)
			(9.462)	(11.987)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			57.286	75.288
Resultado financeiro		24		
Receitas financeiras			4.946	2.278
Despesas financeiras			(29.959)	(36.712)
			(25.013)	(34.434)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			32.273	40.854
Tributos sobre o lucro		25		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(11.818)	(14.318)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			7.121	7.906
			(4.697)	(6.412)
Lucro líquido do exercício			27.576	34.442
Resultado por ação atribuível aos acionistas				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		26		
ON			0,04615	0,05921
PNR			0,01223	0,01223
PNA			0,04615	0,05921
PNB			0,03669	0,03669
PNC			0,04615	0,05921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2021	2020
Lucro líquido do exercício		27.576	34.442
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		412	69
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(140)	(22)
Resultado abrangente do exercício		27.848	34.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	804.459	14.473	100.615	97	-	919.644
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/07/2020			(22.820)		(22.820)	
Lucro líquido do exercício					34.442	34.442
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.722		(1.722)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2020					(22.012)	(22.012)
Lucro do exercício a deliberar			10.708		(10.708)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				69		69
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(22)		(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	804.459	14.473	90.225	144	-	909.301
Saldos em 31 de dezembro de 2020	804.459	14.473	90.225	144	-	909.301
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2021			(10.708)		(10.708)	
Lucro líquido do exercício					27.576	27.576
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.379		(1.379)	-
Reserva de retenção de lucros			2.516		-	2.516
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2021					(16.280)	(16.280)
Lucro do exercício a deliberar			9.917		(9.917)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				412		412
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(140)		(140)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.459	14.473	93.329	416	-	912.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
 A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1. Concessão
 A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWh.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%; CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%; Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877,660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

O Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitaria de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado nº 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. Em 16 de outubro de 2020, a Câmara de Comercialização da Energia Elétrica (CCEE), por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agente, a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentaram a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a ANEEL deu prazo de 90 dias - contados a partir da publicação da Resolução - para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação. A CCEE cumpriu a atualização dos cálculos e envio de novos valores à ANEEL em 1º de março de 2021. Durante o mês de março, a Agência avaliou os resultados e programou a homologação para a Reunião de Diretoria em 30 de março de 2021. No entanto, em avaliação de pedidos de reconsideração de alguns agentes no âmbito do processo, houve o entendimento de que o ressarcimento do risco não hidrológico deveria também alcançar usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015. Dessa forma, para homologar uma única extensão de outorga (uma vez que há usinas que se encaixam nas duas situações de ACR e ACL), o relator decidiu adiar o processo para que a CCEE reprocessasse o cálculo e publicasse novos valores para homologação.

Durante o período de avaliação, ocorreu a tramitação e aprovação da MP nº 1.031/21 (MP da Eletrobras) em 23 de fevereiro de 2021 no Senado, com emenda incorporada ao texto legal para reconhecer o ressarcimento do risco não hidrológico para as usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implica abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas.

Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benéfico aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao desatramento do MCP, que represa R\$5,9 bilhões.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, será reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 - Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto, a Administração da Companhia está avaliando os impactos para proceder com o registro contábil conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 13,6 meses na Concessão da Companhia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.192/21, cuja conversão da MP nº 1.031, que trata da desestatização da Eletrobras. Entre outros temas, quanto ao GSF, o art. 18 da referida lei alterou a Lei nº 13.203/15 para que a parcela da energia do ACR pré-2015 considerada não repactuada, permitindo agora sua repactuação nos mesmos termos da Lei nº 14.052/20 (GSF do ACL).

Em 12 de agosto foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro a REH nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repactuação. O prazo encerrou em 10 de outubro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro			32.273	40.854
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações			39.297	39.070
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos			10.465	15.964
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			13.913	13.942
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			2.818	2.401
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			2.423	4.593
Outros			184	(62)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			101.373	116.762
Concessionárias			348	842
Imposto de renda e contribuição social a compensar				(934)
Outros tributos compensáveis			(940)	(273)
Estóques			(341)	(273)
Cauções e depósitos vinculados			29	(248)
Rendas a receber			1.858	3.879
Outros ativos operacionais			(369)	178
			556	3.443
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores			(355)	1.152
Outros tributos a recolher			4.636	(548)
Benefícios pós-emprego			(5)	5
Provisões			(4.957)	(3.945)
Uso do bem público			(6.587)	(5.360)
Outros passivos operacionais			(212)	937
			(7.480)	(7.759)
Caixa proveniente das atividades operacionais			94.449	112.446
Imposto de renda e contribuição social pagos			(13.849)	(16.707)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			80.600	95.739
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Imobilizado e Intangível			(3.956)	(7.094)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(3.956)	(7.094)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(26.896)	(28.674)
Pagamentos de encargos de dívidas			(7.607)	(8.794)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			(263)	(487)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			28.1	(34.766)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			41.878	50.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			130.430	88.552
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			88.552	37.862
			41.878	50.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.2), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requerem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

2.8. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitem novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.8.1. Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Eventos significativos no exercício

3.1. Medida governamental para gestão de recursos hídricos

Publicação	Descrição	Status
Medida Provisória MP nº 1.055 de 28 de junho de 2021	A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica.	Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG tem duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP caducou, bem como ocorreu o fim da CREG.

3.2. COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

3.2.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021

Publicação	Descrição	Status
Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021	A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Companhia, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência torna as providências necessárias para a liberação de R\$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19.	O percentual de repasse da Companhia destinado à CDE é de 30%.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	919	780
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	129.511	87.772
Total	130.430	88.552

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em moeda de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 101,00% a 101,90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5. Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	698	559
Energia de curto prazo	172	667
Encargos de uso da rede elétrica	70	62
Total	940	1.288

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "H" (Nota 16) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado Operacionais	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	2021	2020
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	293,26	01/08/2002 a 15/12/2032	315	203	-	-	3.045	2.470
EDP São Paulo	Controle Comum	293,26	01/08/2005 a 15/12/2032	-	6	-	-	-	70
Porto do Peçém	Controle Comum	348,16	01/03/2020 a 31/03/2020	-	-	-	-	-	1.580
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	26	20	-	-	274	252
Total				341	229	-	-	3.319	4.372
Fornecedores									
Suprimento de energia elétrica									
Porto do Peçém	Controle comum	39,68	01/03/2020 a 31/03/2020	-	-	-	-	-	(180)
Uso do sistema de transmissão									
EDP Transmissão	Controle comum (*)		09/02/2019 a 31/01/2033	-	-	-	-	-	(1)
EDP Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033	-	-	-	-	-	(1)
EDP Transmissão MA I	Controle comum (*)		11/2001 até 01/2033	-	-	-	-	-	(1)
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		11/2001 até 01/2033	-	-	-	-	-	(1)
Total				-	-	-	-	-	(3)
Rendas a receber (Nota 6)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta			7.913	9.269	-	-	94.951	111.232
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	2.168	2.540	-	-	26.014	30.475
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			759	889	-	-	9.105	10.666
Total				10.840	12.698	-	-	130.070	152.373
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2022	-	25	25	879	1.089	(1.193)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2026	-	-	-	10	12	(92)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2023	-	-	-	104	234	(1.431)
Contrato de prestação de serviços (d)									
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024	-	-	-	79	69	(867)
Reembolso de prêmio de seguro									
EDP São Paulo	Controle Comum		31/12/2021	-	-	-	4	-	(4)
Total				11.181	12.927	25	25	997	1.404
								1.404	129.799
									151.764

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2). As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** A partir de 1º de janeiro de 2019 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anulado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Peçém.

O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Peçém, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2022.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando o contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, EDP Transmissão SP-MG, encerrado em dezembro de 2021, utilizando-se o critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16.

Por fim, em 2021, foram assinados os contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da Companhia e a unidade localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG e possuem vigência até 31 de dezembro de 2021. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, para vigência a partir do exercício de 2022 até dezembro de 2026, onde as mesmas estão excluídas do compartilhamento. Este contrato de compartilhamento dos custos de Infraestrutura da sede de São Paulo, contendo os mesmos critérios de rateio, a partir de 1º de janeiro de 2022 foi submetido à anuência prévia da ANEEL.

Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Peçém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anulado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Peçém, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadraram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* teve seu aditivo firmado em dezembro de 2021, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) **Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interconexão junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir do 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Anteriormente denominadas como EDP GRID, EDP Soluções e EDP Varejista respectivamente

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.5.

6. Rendas a receber

	Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Lajeado Energia	7.913	9.269
Paulista Lajeado	759	889
CEB Lajeado	2.168	2.540
Total	10.840	12.698

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9). Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado. O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2020 ser maior que o IPCA que havia sido projetado para o exercício, houve um aumento refletido no CA de 0,7 p.p.; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2021 em relação ao exercício anterior de 0,8 p.p..

7. Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar		10.880	-	-	226	13.568	(8.371)	(10.147)	6.156
Total Circulante		10.880	-	-	226	13.568	(8.371)	(10.147)	6.156
Outros tributos compensáveis									
ICMS		15	-	(15)	-	-	-	-	-
PIS e COFINS		-	686	-	-	-	-	(686)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		898	600	-	-	-	-	(1.341)	157
Outros		121	1	(129)	-	4	-	3	-
Total Circulante		1.034	1.287	(144)	-	4	-		

...continuação

Investco S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1. Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Ingressos (Nota 12.1.1)	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2021
Edifícios	151	107	(236)	217	4	243
Veículos	-	28	(27)	-	(1)	-
Total Circulante	151	135	(263)	217	3	243
Edifícios	129	1.172	-	(217)	140	1.224
Total Não circulante	129	1.172	-	(217)	140	1.224

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2022	243	10,50%
Total Circulante	243	
Não Circulante		
2023	206	10,90%
2024	165	11,19%
2025	148	11,78%
2026	133	11,19%
2027 até 2039	572	69,01%
Total Não circulante	1.224	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	2.477	1.467
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(229)	(136)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13). O valor de adições refere-se principalmente à nova sede da Controladora localizada em São Paulo.

12.1.1 Ingressos

O valor de ingressos de R\$1.307 refere-se principalmente ao compartilhamento da nova sede da controladora fina EDP - Energias do Brasil, localizada em São Paulo, com Direito de Uso do escritório de 12 anos.

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13. Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no período baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	696.032	(263.139)	432.893	2,00	694.961	(249.218)	445.743
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(149.361)	185.010	2,23	334.371	(141.911)	192.460
Máquinas e equipamentos	3,12	436.141	(219.171)	216.970	3,11	431.171	(206.078)	225.093
Veículos	14,29	598	(511)	87	14,29	734	(599)	135
Móveis e utensílios	7,17	867	(180)	687	7,17	867	(118)	749
Total do imobilizado em serviço	1.585.768	(632.362)	953.406	1.579.868	(597.924)	981.939		
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(326)	203	3,22	529	(309)	220
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(11.208)	6.352	2,44	17.560	(10.872)	6.688
Total do imobilizado em curso	18.089	(11.534)	6.555	18.089	(11.181)	6.908		
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(11)	82				
Máquinas e equipamentos	11,45	1.359	(955)	404	11,03	1.458	(1.012)	446
Veículos	14,29	703	(648)	55	14,29	703	(568)	135
Móveis e utensílios	6,59	978	(316)	662	6,57	834	(281)	553
Total do imobilizado em curso	3.133	(1.930)	1.203	2.995	(1.861)	1.134		
Total do imobilizado em serviço	1.606.990	(645.826)	961.164	1.600.947	(610.966)	989.981		
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,21	1.638	(338)	1.300	32,76	831	(529)	302
Veículos	-	-	-	-	50,00	235	(235)	-
Total Ativos de direito de uso	1.638	(338)	1.300	1.066	(764)	302		
Imobilizado em curso								
Geração								
Administração		20.293		20.293		24.695		24.695
Total do imobilizado em curso	20.278	-	20.278	24.820	-	24.820		
Total do imobilizado	1.629.356	(646.164)	983.192	1.626.833	(611.730)	1.015.103		

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizada em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido		Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações			Baixas	Reclassificações	Valor líquido 31/12/2021
	Nota	31/12/2020		Ingressos	31/12/2020	31/12/2021			
Imobilizado em serviço									
Terrenos		117.759							117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		445.743	1.071		(13.921)				432.893
Edificações, obras civis e benfeitorias		192.680	94		(7.479)				185.295
Máquinas e equipamentos		232.227	5.490		(13.991)				223.726
Veículos		270			(128)				142
Móveis e utensílios		1.302	184		(137)				1.349
Total do imobilizado em serviço	989.981	-	6.839	(35.656)	-	-	-	961.164	
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias		302	1.279		(281)				1.300
Veículos		-	28		(28)				-
Total Ativos de direito de uso	302	1.307	-	(309)	-	-	-	1.300	
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras		-	(1.071)		1.071				-
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	(94)		94				-
Máquinas e equipamentos		11.219	1.707	(5.490)		(1.314)		6.122	
A ratear		-	386		184			570	
Depósitos Judiciais	20.1.1.1	13.138						13.138	
Outros		463	822	(184)		(103)		(100)	898
Total do imobilizado em curso	24.820	2.915	(6.839)	-	(103)	(65)	(20.728)	24.820	
Total do imobilizado	1.015.103	4.222	-	(35.965)	(103)	(65)	(983.192)	983.192	

14. Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1. Composição do intangível

	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	363	(135)	228	20,00	78	(76)	2
Direito de concessão - Licenças ambientais	19,82	22.014	(13.973)	8.041	25,42	22.014	(11.216)	10.798
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(13.011)	7.126	3,22	20.137	(12.363)	7.774
Administração		42.514	(27.119)	15.395		42.229	(23.655)	18.574
Software	20,00	1.119	(950)	169	20,00	1.268	(1.067)	201
Total do intangível em serviço	43.633	(28.069)	15.564	43.497	(24.722)	18.775		
Intangível em curso								
Geração		154		154				
Administração		978		406		406		406
Total do intangível em curso	1.132	-	1.132	406	-	406		
Total do intangível	44.765	(28.069)	16.696	43.903	(24.722)	19.181		

14.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido		Transf. para intangível em serviço	Amortizações			Reclassificações	Valor líquido 31/12/2021
	Nota	31/12/2020		Ingressos	31/12/2020	31/12/2021		
Intangível em serviço								
Software		203		380	(186)			397
Direito de concessão - Licenças ambientais		10.798			(2.757)			8.041
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.2.1	7.774			(648)			7.126
Total do intangível em serviço	18.775	-	380	(3.591)	-	15.564		
Intangível em curso								
Software		406	1.041	(380)		65		1.132
Total do intangível em curso	406	1.041	(380)	-	(3.591)	65		1.132
Total do intangível	19.181	1.041	65	16.696				

14.2.1. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

15. Fornecedores

	Nota	Circulante 31/12/2021	Circulante 31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica		70	62
Materiais e serviços		15,1	4.047
Total		4.117	4.472

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1. Materiais e serviços

A redução no exercício ocorreu devido ao pagamento de serviços de manutenção, instalação, inspeção e drenagem da UG de energia.

16. Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais; quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 28 de abril de 2021, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Foram da seguinte forma destinados: (i) R\$1.722 como Constituição de Reserva Legal; (ii) JSCP no valor de R\$22.012 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R", R\$5.988 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C"; e (iii) dividendos complementares no valor de R\$10.708 já contabilizados em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de Lucros a dividir (Nota 17.2.1). O JSCP e os dividendos foram pagos integralmente em 18 de junho de 2021.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
--	---------------------	-----------------------	------	------------	---------------------

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$4.438 (R\$3.879 em 2020). Para 2021 e 2020, a totalidade destes montantes referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2021
Licenças ambientais						
Circulante	4.556	(4.438)	(601)	6.930	(23)	6.242
Não circulante	10.130		2.018	(6.930)	1.029	6.247
Total	14.686	(4.438)	1.417	-	1.006	12.671

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de R\$157.336 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 17). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não ocorreram variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2021 face a 31 de dezembro de 2020. Segue abaixo a composição do Capital social:

	31/12/2021 e 31/12/2020						Total cotação			
	Em milhares de ações		Em milhares de ações		Em milhares de ações					
	Qtd. de ações "ON"	% cotação	Qtd. de ações "PNR"	% cotação	Qtd. de ações "PNA"	% cotação	Qtd. de ações "PNB"	% cotação	Qtd. de ações "PNC"	% cotação
Acionistas										
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	960	6,02	1.031	20,00	133.563	16,98
Faulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00	46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00	490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45			6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13			1.650	0,21
Outros			207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
Total	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido apurado no exercício		27.576	34.442
Constituição da reserva legal - 5%	21.3	(1.379)	(1.722)
		26.197	32.720
Dividendos intermediários - JSCP	16	16.280	22.012
Lucro do exercício a deliberar	21.3	9.917	10.708
		26.197	32.720
Dividendos por ação ON - JSCP		0,04696	0,04696
Dividendos por ação PNR - JSCP		0,01223	0,01223

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal	21.2	55.631	54.252
Retenção de lucros	21.3.2	14.863	12.347
Lucro do exercício a deliberar	16 e 21.3.3	9.917	10.708
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	21.3.4	12.918	12.918
		93.329	90.225
		107.802	104.698

21.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$14.863 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 17.2.

21.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.3.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2020	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2021
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	215	412		627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(71)		(140)	(211)
	144	412	(140)	416

22. Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Arrendamentos e alugueis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	MWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	34.783	39.346	9.057	8.925
Energia de curto prazo	823	1.230	173	174
Arrendamentos e alugueis	6		130.070	152.373
Outras receitas operacionais			791	741
Receita operacional bruta	35.606	40.576	140.091	162.213
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita			(12.958)	(15.007)
PIS/COFINS				
Encargos do consumidor			(81)	(79)
P&D			(204)	(213)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				
Taxa de fiscalização			(13.273)	(15.327)
			35.606	40.576
			126.818	146.886

23. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e finalidade na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2021				
	Nota	Com energia elétrica	Despesas operacionais De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	699			
Encargos de uso da rede elétrica		718			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		13.076	4.816	17.892
Material			917	263	1.180
Serviços de terceiros	23.3		6.945	2.289	9.234
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.2		35.266	141	35.407
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.2			299	299
Amortização			3.407	184	3.591
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1			151	151
Arrendamentos e alugueis			45	101	146
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(19)
Outras	4	331	1.142	95	1.572
Total	83	59.987	9.386	76	69.532

	2020				
	Nota	Com energia elétrica	Despesas operacionais De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	1.148			
Encargos de uso da rede elétrica		666			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		10.875	6.408	17.283
Material			944	124	1.068
Serviços de terceiros	23.3		7.319	3.123	10.442
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.2		34.908	163	35.071
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.2			379	379
Amortização			3.522	98	3.620
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1			(5)	373
Arrendamentos e alugueis					(9)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(58)
Outras	5	224	1.472	225	1.611
Total	1.819	57.792	11.762	225	71.598

23.1 Energia elétrica comprada para revenda

O saldo negativo de R\$639 em 31 de dezembro de 2021, é decorrente do reembolso da CCEE, referente ao risco GSF que teve percentual abaixo dos 73% no exercício.

23.2 Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	9.099	8.500
Encargos	3.050	2.997
Previdência privada - Corrente	395	379
Despesas rescisórias	318	309
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.438	1.647
Outros benefícios - Corrente	2.133	2.116
Outros benefícios pós-emprego	88	81
	16.601	16.029
Administradores		
Honorários e encargos	1.263	1.234
Benefícios dos administradores	1.291	1.254
	17.892	17.283

23.3 Serviços de terceiros

	2021	2020
Serviços de consultoria	764	2.101
Serviços de manutenção	3.779	3.865
Serviços de limpeza e vigilância	1.451	1.369
Serviços ambientais	232	390
Serviços de informática	1.421	1.205
Serviços de publicação e publicidade	168	180
Serviços de telecomunicações	218	115
Serviços de transporte	90	94
Serviços compartilhados	1.201	661
(-) Crédito de PIS/COFINS	(344)	(368)
Outros	254	830
	9.234	10.442

24. Resultado financeiro

	Nota	2021	2020
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	4.718	1.880
Energia vendida		104	91
Depósitos judiciais		31	26
Juros e multa sobre tributos	7	226	142
Arrendamentos e alugueis	12.1		173
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(243)	(104)
Outras receitas financeiras		110	70
		4.946	2.278

Despesas financeiras

Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2.1	(2.516)	(8.274)
Ajustes a valor presente	17.2	(7.949)	(7.690)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(2.667)	(2.028)
Uso do bem público	19	(13.913)	(13.942)
Benefícios pós-emprego	18.1	(120)	(113)
Arrendamentos e alugueis	12.1	(143)	
Outros juros e variações	24.1	(243)	(4.591)
Outras despesas financeiras		(228)	(74)
		(29.959)	(36.712)
		(25.013)	(34.434)

24.1 Outros juros e variações

A variação na rubrica do Outros juros e variações no exercício refere-se principalmente a alteração da taxa de atualização do IGP-M para IPCA nas Licenças Ambientais, conforme a Administração da Companhia, entende que o indexador reflete atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado para esta obrigação. Com isso o IGP-M acumulado em 2020 foi de 21,1% e o IPCA acumulado em 2021 foi de 9,52%.

25. Imposto de renda e contribuição social

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais alto é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segrega as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Gestão de Riscos e Segurança, responsável por gerências Executivas de Riscos e Crise, Cyber Segurança e Segurança do Trabalho, a qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos e eventos disruptivos que possam impactar os negócios. As atividades de gestão de risco, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna da EDP Brasil seguem o conceito das três linhas de defesa.

A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, publicada ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma de Riscos Corporativos, documentos estes atualizados no exercício de 2021 e aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

O Grupo EDP - Energias do Brasil atualiza anualmente seu Mapa de Riscos atualizado, de forma colegiada pela Liderança e aprovado no Comitê de Auditoria. Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro grupos: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro; (4) Operacional e desdobrados em 50 categorias de risco.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.2) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, os riscos significativos encontram-se controlados pelos montos acima descritos, considerando que sua atividade principal é o arrendamento de sua usina, com preços definidos em contrato protegidos de inflação.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários do tipo indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging				Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo da exposição	cenário provável	Até 1 ano	Provável do risco em 25%					
Aplicação financeira - CDB	CDI	129.511	7.048	7.048	1.731	3.449	(1.743)	(3.498)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	129.511	7.048	7.048	1.731	3.449	(1.743)	(3.498)		
			7.048	7.048	1.731	3.449	(1.743)	(3.498)		

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a..

27.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações eletivas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Operação	Risco	31/12/2021					31/12/2020
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros							
Fornecedores		3.259	691	167	997	4.117	4.472
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					997	997	1.404
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				4.031	15.393	81.317	100.741
Uso do bem público		558	1.993	5.176	33.202	25.168	66.097
Arrendamentos e aluguéis		5	22	216	772	452	1.467
Licenças Ambientais		476	1.666	4.282	6.247	12.671	14.686
		4.298	4.372	13.872	56.611	106.937	178.204

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um risco com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

27.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

27.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leases, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
- **Renda decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.**
- **Rendas a receber**
O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Ferrissimo Marques da Cruz
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Patrícia Pereira Kleiber
Diretora Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativo e Financeiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

Marlon Resende Junior
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade - Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2022 às 16:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido exercício.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Efetivo

MARLON RESENDE JUNIOR
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as circunstâncias tratadas e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos nos termos da responsabilidade pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que tenham sido previamente divulgados publicamente ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

